



**PROPOSTA DE PLANO DE ATIVIDADES TRIMESTRAL AO MINISTÉRIO
PÚBLICO FEDERAL**

A. CONTRATO

Para a realização de Serviços de Consultoria Técnica - nº 4500176574 Contratação e Coordenação Metodológica das Assessorias Técnicas aos Atingidos pelo Rompimento da Barragem de Fundão na Bacia do Rio Doce e outras Assessorias ao Ministério Público Federal

B. RESPONSÁVEIS

Fundo Brasil de Direitos Humanos	Ana Valéria Araújo		
Fone:	11 3256 7852	E-mail:	avaraujo@fundobrasil.org.br
Ministério Público Federal	Dr. Carlos Bruno Ferreira da Silva		
Fone:	31 2123 9174	E-mail:	carlosbruno@mpf.mp.br

C. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Período	09 de janeiro de 2022 a 08 de abril de 2022
Data de Envio	10 de janeiro de 2022



D. APRESENTAÇÃO

As ações previstas para o trimestre que contempla os meses de janeiro, fevereiro e março de 2022, consoante indicado no presente Plano Trimestral de Atividades apresentado pelo Fundo Brasil ao Ministério Público Federal, contemplam a continuidade das ações já desempenhadas pelo Fundo Brasil no curso do processo de reparação, com destaque para o contínuo apoio técnico à Força Tarefa do Rio Doce e demais Instituições de Justiça no âmbito do eixo socioeconômico que no momento compreendem o esforço de repactuação do processo de reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão bem como o andamento dos 13 eixos prioritários, como destacado a seguir.

No que diz respeito à repactuação, ao longo do próximo trimestre o Fundo Brasil continuará apoiando a Força Tarefa e demais Instituições de Justiça nas obrigações por elas assumidas junto ao Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão do Conselho Nacional de Justiça, em especial, para a viabilização da terceira Audiência Pública para oitiva das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão.

Para além disso, o Fundo Brasil seguirá oferecendo apoio técnico à Força Tarefa Rio Doce e demais Instituições de Justiça para viabilizar a contratação das Assessorias Técnicas, inclusive em relação aos esforços para pactuação de eventuais ajustes no escopo e/ou orçamento previsto nos Planos de Trabalho construídos pelas organizações escolhidas para atuar como Assessoria Técnica nos territórios atingidos.

Finalmente, também será prioridade para o Fundo Brasil ao longo do próximo trimestre a viabilização de novo processo de escolha e credenciamento de Assessoria Técnica Independente para o Território 18 - Povo Indígena Krenak, em atendimento à determinação do Ministério Público Federal constante do Ofício nº 5730/2021/MPF/FT-Rio Doce, de 23 de setembro de 2021, em face da decisão judicial de 23 de julho de 2021 da 12ª Vara Federal da SJMG (ID648041993), que determina a destituição do Instituto de Pesquisas e Ações Sustentáveis - iPAZ e autoriza a realização de um novo processo para este Território Tradicional, considerando os dispositivos legais, em especial o direito à Consulta Prévia ao Povo Krenak.

As ações descritas neste plano serão executadas pelo Fundo Brasil sem a necessidade de revisão orçamentária das rubricas inicialmente previstas, demandando apenas ajustes quanto ao cronograma para sua implementação no caso do acompanhamento do processo de contratação das Assessorias Técnicas,



excetuada a eventual atuação do Fundo Brasil como assistente técnico do Ministério Público, que demandará avaliação específica decorrente do objeto a ser delimitado e das condições e procedimentos estabelecidos no contrato, à vista do pedido apresentado pela Força Tarefa do Rio Doce no processo judicial referente ao Eixo Prioritário nº10.

Quanto às demais atividades previstas originalmente na Proposta Técnica e Comercial do Fundo Brasil, observa-se que serão retomadas em sua integralidade, assim que implementada a contratação das Assessorias Técnicas e cessados eventuais impactos da pandemia de COVID-19 que interfiram na implementação das ações junto ao Ministério Público Federal, comunidades atingidas e demais atores com os quais o Fundo Brasil tem interlocução no âmbito do contrato celebrado.

Em relação aos cuidados necessários diante da persistência da pandemia de COVID 19, todas as atividades continuarão a ser realizadas de forma primordialmente virtual. Porém, considerando o avanço dos índices de vacinação da população e a redução nos números de ocupação de leitos hospitalares relacionados à COVID 19, eventualmente algumas atividades presenciais já poderão ocorrer ao longo do próximo trimestre, a depender dos cuidados sanitários que devem ser observados frente ao surto de novas variantes e também da influenza.

As ações específicas previstas para os meses de janeiro, fevereiro e março de 2022 são listadas a seguir.

E. DESCRITIVO

Eixo 1. Contratação das Assessorias Técnicas

1.1 Sistema de Contratação das Assessorias Técnicas

1.1.3 Acompanhamento da negociação dos contratos das Assessorias Técnicas, em conjunto com o Ministério Público;



1.2 Acompanhamento dos Planos de Trabalho das Assessorias Técnicas Contratadas

1.2.6 Caso necessário, a equipe do Fundo poderá facilitar espaços de diálogo entre atingidos e atingidas e Assessorias para resolução de eventuais conflitos, de modo a contribuir para a manutenção do ambiente necessário para a implementação dos planos de trabalho das Assessorias Técnicas;

1.2.7 Na hipótese de solicitação de substituição de determinada Assessoria Técnica, o Fundo Brasil elaborará parecer fundamentado e encaminhará ao Ministério Público;

Eixo 2: Coordenação Metodológica das Assessorias Técnicas Contratadas

2.1 Processo de coordenação metodológica das Assessorias Técnicas Contratadas

2.1.4 Acompanhamento das reuniões do Comitê Interfederativo e Câmaras Técnicas para alimentação dos canais de comunicação aos atingidos e atingidas e Assessorias Técnicas sobre informações de seus interesses;

2.1.5 Implementação de um plano de comunicação;

2.1.7 Realização de reuniões com a Força Tarefa do Ministério Público;

EIXO 4 Articulação e Acompanhamento das Câmaras Regionais, Diálogo com Outros Atores da Governança e Composição do Orçamento Atingidos

4.3 Composição do "Orçamento Atingidos"

4.4. Apoio ao Processo de Custeio de Atingidos, excepcionalmente na qualidade de ouvintes, em reuniões ordinárias das Câmaras Técnicas e



do CIF conforme determinação do Ministério Público em atenção à deliberação CIF Nº 319, de 27 de Agosto de 2019:

1-Produção de Listas de Atingidos ouvintes, com limite de 10 por cada reunião de Câmara Técnica e 30 para o CIF, e coleta de informações logísticas complementares;

2-Processamento das Informações e envio das planilhas para FLACSO;

1. APOIO À NEGOCIAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DAS ASSESSORIAS TÉCNICAS

A Proposta Técnica e Comercial objeto do Terceiro Aditivo ao contrato firmado pelo Fundo Brasil com a Samarco Mineração S.A, tendo o Ministério Público como interveniente, foi construída levando em conta a contratação e a coordenação metodológica das Assessorias Técnicas escolhidas pelas comunidades atingidas para atuar nos territórios 1 a 18.

Com o início da repactuação do processo de reparação dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão ao longo de toda Bacia do Rio Doce e área litorânea atingida, a contratação das Assessorias Técnicas constitui tema que prossegue sendo tratado no Eixo Prioritário 10 e passa também a depender dos resultados das tratativas que serão realizadas entre as Instituições de Justiça, as empresas e demais atores ao longo dos próximos meses no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, conforme indica a Carta de Premissas que define os marcos do processo de repactuação. No primeiro trimestre de 2022, o Fundo Brasil continuará apoiando tecnicamente o Ministério Público Federal e demais Instituições de Justiça integrantes da Força Tarefa do Rio Doce para viabilizar a contratação das Assessorias Técnicas, inclusive em relação aos esforços para pactuação de eventuais ajustes no escopo e/ou orçamento previsto nos Planos de Trabalho construídos pelas organizações escolhidas para atuar como Assessoria Técnica nos territórios atingidos, de modo a viabilizar a plena implementação do direito das pessoas atingidas à uma participação informada e qualificada no processo de reparação.



Neste sentido, conforme Ofício Conjunto da Força Tarefa recebido pelo Fundo Brasil em 14 de dezembro de 2021, o Fundo Brasil deverá organizar reuniões que terão como objetivo o esclarecimento das comunidades atingidas acerca do teor e alcance da decisão da 12ª Vara Federal proferida no âmbito do Eixo Prioritário 10, de 04/10/2021, no que se refere à efetivação da contratação das entidades de assessoria técnica independente e respectivos planos de trabalho. Caberá ao Fundo Brasil elaborar um cronograma de reuniões, indicando quais podem ser realizadas virtualmente e quais necessitam ser realizadas presencialmente, e adotar as providências necessárias para a sua organização e realização.

Sendo assim, a atividade "1.1.3 - Acompanhamento da negociação dos contratos das Assessorias Técnicas, em conjunto com o Ministério Público" está prevista para execução ao longo dos próximos três meses para viabilizar referido apoio, com a organização das reuniões de campo e a produção de subsídios técnicos relacionados à contratação das Assessorias Técnicas demandados pelo Ministério Público Federal e demais Instituições de Justiça que atuam no caso.

Na mesma linha, estão previstas reuniões entre Fundo Brasil e a Força Tarefa Rio Doce (item 2.1.7 das atividades elencadas na Proposta Técnica e Comercial), a fim de que sejam construídos os alinhamentos necessários sobre a contratação e coordenação metodológica das Assessorias Técnicas. Estas reuniões poderão contar ainda com a participação das Instituições de Justiça, dos demais experts, e das entidades escolhidas para prestar Assessoria Técnica em cada território.

Conforme petição da Força Tarefa ao juízo da 12ª Vara Federal da SJMG de 17 de dezembro de 2021 (ID867826573), há ainda a eventual possibilidade de atuação do Fundo Brasil como assistente pericial da Força Tarefa no processo de acompanhamento de todas as etapas periciais, nos termos dos artigos 465, II, 466, §2º, e 474 do CPC, das alegações trazidas pelas empresas réis (Samarco, Vale e BHP) na petição de ID 755961972 na qual são imputadas supostas irregularidades à Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), enquanto assessoria técnica independente contratada para atuar no território de Barra Longa/MG, as quais teriam culminado na não renovação de seu contrato. Caso se confirme essa atuação, deverão ser observados os procedimentos e condições estabelecidos no contrato vigente do Fundo Brasil para sua implementação.



2. NOVO PROCESSO DE ESCOLHA E CREDENCIAMENTO DE ACESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE JUNTO À COMUNIDADE INDÍGENA DO TERRITÓRIO 18 - POVO INDÍGENA KRENAK

Conforme decisão judicial proferida em 23 de julho de 2021 (ID648041993), o juízo da 12ª Vara Federal da SJMG determinou a destituição do INSTITUTO DE PESQUISAS E AÇÕES SUSTENTÁVEIS - iPAZ e autorizou a realização de um novo processo de credenciamento e escolha para Assessoria Técnica Independente para o Território Indígena Krenak, considerando os dispositivos legais, em especial o direito à Consulta Previa ao Povo Krenak.

Diante da referida decisão, o Ministério Público Federal, por meio do Ofício nº 5730/2021 de 23 de setembro de 2021, solicitou ao Fundo Brasil que providencie novo processo de escolha e credenciamento de Assessoria Técnica Independente para o Território 18 - Povo Indígena Krenak, conforme previsto no ATAP e no TAC-GOV.

Nestes termos, em 29 de novembro de 2021, realizou-se reunião com o Povo Krenak com a participação do Ministério Público Federal, Defensoria Pública da União, FUNAI, Fundo Brasil e da perita judicial Kearney tendo como pauta o novo processo de credenciamento e escolha de Assessora Técnica Independente para a Terra Indígena Krenak.

Na ocasião ocorreu uma deliberação interna do Povo Krenak da instalação de Assessoria Técnica conduzida por uma associação indígena do Povo Krenak, com indicação da Associação Atoran, representada pelas lideranças Sr. Itamar (Krenak) e Sr. Douglas (Krenak). Ademais, Povo Krenak sinalizou a importância do Fundo Brasil para, em colaboração com a FUNAI, auxiliar na formulação do Termo de Referência e em todos os trabalhos relativos à devida instalação da Assessoria Técnica Independente. Houve também a aquiescência do Povo Indígena Krenak com a participação da perita Kearney no processo de instalação da Assessoria Técnica Independente.

Assim, ao longo do próximo trimestre, o Fundo Brasil continuará acompanhando este processo, tomando as medidas necessárias para dar sequência à efetivação do direito do Povo Krenak à Assessoria Técnica, mantendo a necessária interlocução com os demais atores do processo, quais sejam, Força Tarefa, FUNAI e Kearney.



3. PROCEDIMENTO DE INFORMAÇÃO AOS ATINGIDOS NO CONTEXTO DO PROCESSO DE REPACTUAÇÃO

3.1 - APOIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA VIABILIZAR A PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS ATINGIDAS EM AUDIÊNCIA PÚBLICA

Em atendimento ao Ofício nº 4804/2021/MPF/FT-Rio Doce e ao Ofício Conjunto nº 5025/2021/MPF/FT-Rio Doce/MPMG o Fundo Brasil está implementando ações de apoio à Força Tarefa do Rio Doce nas obrigações por ela assumidas junto ao Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão do Conselho Nacional de Justiça para a viabilização de três Audiências Públicas para oitiva das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão, abrangendo toda a bacia do Rio Doce, bem como de especialistas de notável saber em matéria de meio ambiente, direitos humanos, desastres e conflitos socioambientais, que tenham se especializado em estudar o caso.

Constitui objetivo das Audiências Públicas promover a transparência devida, nos limites legais sobre os atos realizados, e ouvir as pessoas atingidas e os especialistas com o fim de ampliar o conhecimento sobre o rompimento e os danos deles decorrentes, cujas informações subsidiarão o Observatório Nacional sobre Questões Ambientais, Econômicas e Sociais de Alta Complexidade e Grande Impacto e Repercussão e as partes envolvidas no esforço de mediação da repactuação do processo de reparação em curso.

As duas primeiras Audiências Públicas já foram realizadas em 10 de setembro de 2021 e 06 de outubro de 2021. A terceira e última audiência, inicialmente prevista para acontecer em 01 de dezembro de 2021, foi remarcada para o dia 04 de fevereiro de 2022. Todas as audiências serão realizadas pela via virtual. Assim, ao longo do próximo trimestre, caberá ao Fundo Brasil proceder às ações demandadas pelo Ministério Público, nos termos e condições estabelecidos e à vista do previsto em seu contrato, em apoio às obrigações assumidas pela referida instituição para viabilização da terceira audiência pública.

4. ACESSO POR PARTE DOS ATINGIDOS ÀS INFORMAÇÕES DE SEU INTERESSE RELACIONADAS AO PROCESSO DE REPARAÇÃO EM CURSO

Conforme determina o item 1.8.2.3, alínea "f", o Fundo Brasil deverá implementar um plano de comunicação e participação das comunidades atingidas para garantir pleno acesso às informações sobre as atividades realizadas. Com efeito, foram previstas atividades específicas de comunicação que contribuirão para o desenvolvimento do trabalho das Assessorias Técnicas junto às Comissões de Atingidos em toda a Bacia do Rio Doce e área Litorânea atingidas e, ao mesmo tempo, para a informação das pessoas atingidas.



A elaboração e a implementação do Plano de Comunicação integrado às ações das Assessorias Técnicas dependem da participação das entidades. Logo, o atraso na contratação das Assessorias acabou inviabilizando até o presente momento a concretização desta medida. Contudo, ações de comunicação não se encontram comprometidas uma vez que há previsão para sua realização durante todo o período de vigência do contrato.

Independentemente do Plano de Comunicação, nos termos acima indicados, está abarcada pelo contrato a execução de ações de comunicação voltadas às pessoas atingidas. Assim, ao longo deste trimestre o Fundo Brasil poderá implementar ações de comunicação em pelo menos duas frentes, tendo como público-alvo as pessoas atingidas na Bacia do Rio Doce. São elas: a disseminação de informações sobre as reuniões do CIF e Câmaras Técnicas e sobre o processo de repactuação conforme já indicado acima, sobre os direitos das pessoas atingidas assegurados em decisões judiciais, em especial nos Eixos Prioritários nº 7 e nº10, além de outras ações específicas de interesse das pessoas atingidas, sempre sob demanda do Ministério Público Federal.

4.1 - BOLETINS INFORMATIVOS SOBRE AGENDA E PAUTA DAS REUNIÕES DO CIF E CÂMARAS TÉCNICAS

Entre os meses de setembro de 2019 e dezembro de 2021, o Fundo Brasil apoiou a participação de pessoas atingidas na condição de ouvintes em reuniões do CIF e das Câmaras Técnicas. Em todas elas foram realizadas ações de comunicação para informar as pessoas atingidas sobre os procedimentos necessários para solicitar participação nas reuniões, bem como a divulgação das pautas. As informações são disseminadas por meio dos canais de WhatsApp que reúnem pessoas atingidas. Essas ações irão continuar regularmente no presente trimestre.

4.2 - OUTRAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de permanente manutenção e atualização do site do Programa Rio Doce na página do Fundo Brasil na internet, serão realizadas ações neste sentido, com o apoio da equipe técnica do Programa Rio Doce e consultorias pontuais para elaboração de produtos como design gráfico, mapas interativos, dentre outros.

O Fundo Brasil poderá também implementar outras ações específicas de comunicação, sempre por solicitação do Ministério Público Federal. As iniciativas visam atender demandas da Força Tarefa de disseminação junto às pessoas atingidas de informações estratégicas relacionadas ao processo de reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem de Fundão. As ações, que devem ser mantidas neste trimestre, são importantes para assegurar a



disseminação de informações, sobretudo nos territórios onde as Assessorias Técnicas não estejam instaladas.

5. Composição do “Orçamento Atingidos”

Mediante o Ofício 5134/2021/MPF/FT-Rio Doce, o Ministério Público Federal, pela Força Tarefa do Rio Doce, requisitou ao Fundo Brasil de Direitos Humanos a elaboração do Orçamento Atingidos, nos termos previstos no TAC Governança, tendo em vista a atribuição que lhe foi conferida, na qualidade de expert do Ministério Público, pelo parágrafo primeiro da Cláusula Sexagésima Terceira do instrumento em questão. Em mensagem eletrônica recebida em 21 de setembro de 2021, o prazo inicialmente fixado foi estendido pelo Ministério Público Federal até 24 de setembro de 2021, data na qual a demanda foi efetivamente atendida com o envio do Orçamento Atingidos 2022 para a Fundação Renova.

Após análise da proposta de Orçamento Atingidos encaminhada pelo Fundo Brasil, mediante o Ofício FR.2021.1604, de 13 de outubro de 2021, a Fundação Renova solicitou alguns esclarecimentos a respeito do documento. Tais questionamentos foram respondidos pelo Fundo Brasil, em 23 de outubro de 2021. Apesar dos esclarecimentos prestados, por meio do Ofício SEQ37009/2021/GJU, de 16 de novembro de 2021, a Fundação Renova reiterou ao Fundo Brasil os questionamentos acerca do Orçamento Atingidos 2022 submetido à sua consideração em 24 de setembro de 2021.

Tendo em vista os esclarecimentos anteriormente prestados, cujos fundamentos já se encontravam presentes no Orçamento Atingidos 2022 e à vista da reiteração das objeções levantadas pela Fundação Renovada, o Fundo Brasil houve por bem solicitar a realização de uma reunião com representantes da Fundação Renova e também da FLACSO, que será a entidade responsável pela execução do Orçamento Atingidos 2022, na busca de um bom entendimento entre as partes envolvidas na sua elaboração, execução e custeio, com o intuito de assegurar a sua efetiva implementação em prol das pessoas atingidas.

A reunião realizada no dia 23 de dezembro de 2021 foi bastante proveitosa, uma vez que permitiu que vários pontos do Orçamento Atingidos 2022 fossem discutidos e aclarados, bem como que a principal discordância da Fundação Renova, atinente ao número de Comissões Locais estimadas para o direito ao custeio de sua infraestrutura e funcionamento, fosse pontuada.

Visando à implementação do Orçamento Atingidos, mas sem que se abra mão das premissas que nortearam a sua elaboração, restou acordado o seu reenvio pelo Fundo Brasil com a reorganização de suas estimativas em 3 (três) vertentes distintas que possibilitem à Fundação Renova proceder à sua avaliação e aprovação de modo individualizado, mediante o destaque dos itens com



quantitativos determinados no TAC Governança, dos itens decorrentes de direitos homologados judicialmente e dos itens decorrentes de direitos que porventura devam ser custeados no decorrer do ano de 2022 em razão de seu reconhecimento ou da concretização dos requisitos necessários para tanto.

Ao longo do próximo trimestre, o Fundo Brasil procederá aos ajustes acordados e os submeterá à consideração da Fundação Renova após a devida aprovação do Ministério Público, visando à efetivação do custeio da participação das pessoas atingidas no processo de reparação.

6. PARTICIPAÇÃO DOS ATINGIDOS NAS INSTÂNCIAS DE GOVERNANÇA

Segundo o TAC Governança e tal qual previsto na Proposta Técnica e Comercial objeto do Terceiro Aditivo Contratual, o Fundo Brasil tem como atribuição apoiar a participação das pessoas atingidas nas instâncias de governança, em conjunto com as Assessorias Técnicas de cada território.

Nesse sentido, no próximo trimestre, o Fundo Brasil de Direitos Humanos deverá continuar apoiando o processo de participação de atingidos e atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão nas reuniões do CIF e das Câmaras Técnicas. As reuniões ordinárias do CIF e das Câmaras Técnicas comumente ocorrem uma vez por mês. O calendário de reuniões do Sistema CIF encontra-se disponível na página do IBAMA.

A Deliberação CIF nº 319, de 27 de agosto de 2019, aprovou o custeio provisório pela Fundação Renova da participação das pessoas atingidas nas reuniões do CIF e das Câmaras Técnicas, na qualidade de ouvintes, uma vez que ainda não contratado o apoio técnico a que têm direito, a ser prestado pelas Assessorias Técnicas por eles escolhidas.

Em função das medidas de contenção ao avanço do novo Coronavírus (COVID-19) no Brasil, as reuniões do Comitê Interfederativo e de suas Câmaras Técnicas vêm ocorrendo de forma prioritária por meio de videoconferência, sendo que a partir de agosto de 2021, algumas Câmaras Técnicas passaram a realizar reuniões no formato híbrido. O Fundo Brasil prossegue na aplicação do procedimento de apoio à participação de pessoas atingidas na qualidade de ouvintes. Para cada reunião são disseminados boletins informativos voltados para as pessoas atingidas sobre agenda e pauta das reuniões do CIF e Câmaras Técnicas e informações sobre os procedimentos necessários para solicitar participação. As informações são disseminadas por meio dos canais de WhatsApp que reúnem pessoas atingidas. A organização das listas de participantes segue os seguintes critérios validados pelo Ministério Público, a saber: i) garantia de representatividade de cada território; ii)



garantia de equilíbrio de gênero; e iii) adequação temática às Câmaras Técnicas. Em seguida, o Fundo realiza a confirmação de endereços eletrônicos de e-mails, faz a remessa de links de acesso para as ferramentas de videoconferência adotadas e, em determinados casos, ações de letramento digital em apoio a atingidos e atingidas que demandam esse tipo de suporte.

É relevante destacar que o Fundo Brasil tem sido instado a atuar também no apoio à participação de atingidos e de atingidas em uma série de reuniões extraordinárias e/ou de Grupos de Trabalho (GTs) vinculados às instâncias do Sistema CIF e na realização de consulta pontuais às pessoas atingidas sobre documentos das Câmaras Técnicas.

Em atendimento à decisão do CIF tomada durante a realização de sua 54ª Reunião Ordinária do CIF, que permitiu à Comunidade Quilombola de Degredo a ocupar vagas previstas para as pessoas atingidas como membros efetivos das Câmaras Técnicas e do CIF, o Fundo Brasil poderá também apoiar essa forma de participação ao longo do próximo trimestre.

Para o CIF e as Câmaras Técnicas que venham a realizar reuniões no formato híbrido, mesclando a participação presencial e virtual, as atividades de apoio à participação das pessoas atingidas nos espaços do CIF e Câmaras Técnicas ao longo do próximo trimestre abará a atuação do Fundo Brasil no tocante à elaboração de informações a respeito de questões referentes a deslocamento, alimentação e hospedagem, a exemplo do praticado até o advento da pandemia do novo Coronavírus. A logística e viabilização da participação das pessoas atingidas no sistema CIF é de responsabilidade da entidade FLACSO que será a responsável, posteriormente, à implementação do Orçamento Atingidos.

7. CONSIDERAÇÕES SOBRE O ORÇAMENTO

As ações que serão desenvolvidas neste trimestre estão integralmente contempladas pelo orçamento estimado na Proposta Técnica e Comercial do Fundo Brasil.

Ademais, considerando a não contratação das Assessorias Técnicas, bem como os efeitos da pandemia do novo Coronavírus, dentre outros elementos, os valores executados pelo Fundo Brasil já têm sido continuamente readequados às atividades efetivamente realizadas, nos termos da dinâmica específica estipulada para o desembolso de recursos no âmbito de seu contrato, com a efetiva redução de despesas em relação aos valores inicialmente estimados.